

Panapanás, espichas, greis e outros bichos

O coletivo de deputados federais é choldra, mas pode chamar de praga

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

Uma das diversões de quem era viciado nos prazeres da língua portuguesa em meus tempos de escola era decorar uma lista de coletivos de animais. Ainda existirá isso? Talvez sim, mas duvido que na mesma escala. O menor investimento em decoreba é uma das (poucas?) boas notícias da educação neste século.

Seja como for, a graça da brincadeira estava na raridade daquelas palavras, que nenhum de nós jamais tinha visto serem empregadas na vida real, nem mesmo de gozação ou por gente pernóstica.

Dou como exemplo os coletivos de ovelha, segundo o dicionário Houaiss: alavão, alfeire, armentio, armento, fato, grei, malhada, ovelhada, oviário, ovil, pegulhal, rebanho, redil.

Rebanho, normal. Ovelhada soa intuitivo. Mas alfeire? Pegulhal? Redil? O sabor exótico daqueles vocábulos, que remetiam a épocas e lugares perdidos na memória, nos dava uma ilusão de saber profundo.

Ao mesmo tempo, despertava uma curiosidade marota. Por que diabos aqueles pedantes do passado não chamavam seu montão de ovelhas de, sei lá, montão de ovelhas?

Já naquele tempo estava bem espalhado na língua brasileira o uso preferencial, no papel de coletivo, da palavra "porrada" e suas variantes, como "porrão" ou "porrilhão". O contraste entre a informalidade de uma porrada de ovelhas e o traje a rigor de um alavão ou armento era justamente o que nos fazia rir.

Havia também as palavras que traziam embutidas em si, autossuficiente, a vocação para o cômico. Derivado do tupi, o termo panapaná ou panapanã parecia talhado para despertar sorrisos até em quem não soubesse tratar-se de um coletivo de borboletas.

O mesmo podia ser dito de outros substantivos coletivos rebuscados como badanagem (de cavalos), formigame (de formigas, bídú!) e espicha ou maloca (de peixes). Ainda bem que existiam também palavras sensatas como cavalaria, formigueiro e cardume. Para não falar de bando, que acabava servindo meio que para tudo.

Mas não eram só os bichos. Havia coletivos esquisitos de coisas como montanhas (serrania), árvores (bosquete, opa!) e até pregos (pregaria). Se fôssemos levar às últimas consequências aquela mania de criar um nome para o agrupamento de cada unidade classificatória do universo, aonde iríamos parar?

Qual seria a palavra para um conjunto de magoas? De pudins? De dentistas? De ex-amantes? De tiorões do zap? De deputados federais? A criatividade é livre, mas pelo menos no último caso o dicionário traz respostas prontas.

Depois que a Câmara dos Deputados se assumiu majoritariamente como organização criminosa, votando a aprovação da PEC da Blindagem — também conhecida como PEC da Impunidade —, podemos recorrer ao Houaiss e sua lista de coletivos de bandidos.

Alcateia, bandidagem, bando, caterva, choldra, choldrabortra (que delícia!), corja, farândola, hor-da, maloca, malta, matula, matulagem, pandilha, quadrilha, récova, récuva, súcia — dessas 18 palavras, deve ter alguma que sirva.

E se não tiver, não custa invadir o reino das metáforas. O coletivo de ratos é rataria. O de gafanhotos, praga.

JusDOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Construtora restaura Palacete Piauí, símbolo da chegada da elite cafeeira a Higienópolis

Casarão pertenceu à família de Rodrigues Alves, foi sede do Dops e abrigou carceragem; construção de torres no terreno gera protestos

Leonardo Fuhrmann

SÃO PAULO As escavações do Estúdio Sarasá são feitas dentro do imóvel. Camada por camada, os profissionais buscam as histórias originais a partir de suas paredes, portas, janelas e pisos. Assim foi o trabalho coordenado pelo "conservador e restaurador", como se autodefine, Antonio Sarasá no Palacete Piauí, na esquina das ruas Piauí e Itacolomi, em Higienópolis, na região central de São Paulo.

Tombado pelo Conpresp (conselho de patrimônio municipal) desde 2012, o casarão foi mantido pelas construtoras Helbor e MPD Engenharia, que arremataram o terreno em um leilão do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), em 2018. O investimento das empresas na restauração foi de R\$ 10 milhões.

O casarão tem 900 metros quadrados e fica em um terreno 2.640 metros quadrados. É neste quintal, em uma área valorizada da cidade, que as empresas estavam mais interessadas. Na lateral e nos fundos do prédio histórico, elas vão construir duas torres de apartamentos residenciais. A torre A terá 20 andares, divididos em 40 unidades, com metragem média de 254 metros quadrados; na torre B, serão 96 unidades, com metragem média de 28 metros quadrados.

Antes do início das obras das torres, no entanto, decidiram se dedicar à restauração do palacete, a cargo da empresa de Sarasá. O palacete estava fechado desde 2003, quando a Polícia Federal inaugurou sua nova sede paulistana, na Lapa. Antes, parte das delegacias ficava na região central e outra parte no prédio de Higienópolis, onde também estava instalada a carceragem.



Palacete Piauí, em Higienópolis, que foi restaurado e será reaberto ao público Rafaela Araújo - 15.set.25/Folhapress

Desde os anos 1980, o porão da casa recebeu réus famosos, como os mafiosos italianos Tommaso Buscetta (1983), da Cosa Nostra, e Francesco Toscanino (1989), da Camorra, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e o ex-senador Luiz Estevão, ambos acusados de participação no esquema de corrupção na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2).

Antes, o prédio já havia servido, durante a ditadura militar, como sede do Dops (Departamento de Ordem Política e Social). Isso fez com que o secretário municipal de Direitos Humanos da gestão Fernando Haddad (PT), Rogerio Sottili, chegasse a cogitar a transformação do local em um museu dedicado à proteção e divulgação dos direitos humanos. Proposta que acabou não vingando.

A escavação de Sarasá foi mais longe. Ao retirar as camadas mais recentes de uso do prédio, ele chegou ao início do século 20. Na época, o prédio foi construído pela família do ex-presidente Rodrigues Alves. O palacete, segundo Sarasá, seguia um estilo da época, quando as famílias de produtores de café ainda moravam nas fazendas do interior, mas construíam casas na capital paulista como forma de mostrar seu poder político e econômico.

A Helbor afirma que quer criar uma "agenda de atividades com foco em arte e cultura, firmando parceria com escolas e faculdades do bairro" no palacete. O público em geral poderá se inscrever pelo site do palacete. Depois, o espaço terá alguma atividade privada.

No mês passado, a construção das duas torres provocou protestos do coletivo Pró-Higienópolis e da Associação de Proprietários, Protetores e Usuários de Imóveis Tombados (Appit). Eles reclamam que a obra descaracteriza o bairro e sufoca o bem tombado.

Lula sanciona lei de proteção a crianças na internet

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta quarta-feira (17) o projeto de lei que estabelece regras de proteção para crianças e adolescentes na internet.

A principal medida é a obrigação de que as plataformas digitais adotem mecanismos para impedir acesso do público infanto-juvenil a conteúdos inadequados, além de estabelecer regras gerais para uso de recursos virtuais para os menores de 18 anos, dentro das especificações previstas pelo ECA (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

Proposto em 2022, o projeto ganhou fôlego para ser aprovado neste ano após denúncias feitas pelo youtuber Felipe Brassanim Pereira, o Felca, contra criadores de conteúdo que gravavam vídeos envolvendo menores de 18 anos sexualizados ou em ambientes com adultos. Entre os principais nomes, estava o influenciador Hytalo Santos.

O texto sancionado nesta quarta preserva a maior parte da proposta original, o PL 2628/22, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que esteve presente na cerimônia.

No texto aprovado, também está previsto que empresas que não cumprirem as determinações estarão sujeitas, nos casos mais extremos, a multa de até R\$ 50 milhões por infração e até mesmo a proibição de operar no país.

"Quero começar minha fala não só agradecendo ao parlamento brasileiro por ter dado uma demonstração de que todas as vezes que é provocado para fazer a coisa séria, o parlamento provou que consegue fazer coisa séria. Quando cai na mão das pessoas sérias as coisas acontecem exatamente como a sociedade precisa", disse Lula no evento.

Na cerimônia desta quarta também foram anunciadas a edição de uma medida provisória que reformula a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados), que deverá ser responsável por fiscalizar as big techs, e a criação da Política Nacional de Data Centers, que dispõe sobre impostos de equipamentos de informática usados na operação de datacenters.

Mariana Brasil e Adriana Fernandes